

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº DE 2007 (Do Sr. Luiz Carreira)

Solicita que seja realizada audiência pública para discutir o processo de licitação sustentável para a aquisição responsável de madeira.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeremos à Vossa Excelência, ouvido o plenário desta Comissão, que se realize uma audiência pública para discutir o processo de licitação sustentável para a aquisição responsável de madeira no Brasil, convidando as seguintes organizações: Ministério de Meio Ambiente, Instituto Socioambiental (ISA); Greenpeace; SOS Mata Atlântica; Conservação Internacional (CI); e WWF-Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

Cerca de 17% da Amazônia Legal já foi desmatada e calcula-se que outros 20 à 30% da floresta tenham sido afetadas pela exploração seletiva de madeira. Mais de oito milhões de árvores são extraídas da floresta por ano. Estima-se que até 80% desta atividade ocorra na ilegalidade. O Ministério do Meio Ambiente, em 2006, reconheceu que pelo menos 63% desta produção é ilegal. Enfileiradas, essas árvores dariam quatro voltas no planeta terra.

Deste volume, 64% são consumidos em nosso próprio país, sendo que um terço é consumido por governos municipais, estaduais e Federal especialmente para fins de obras e serviços. Indiretamente, o governo está financiando a destruição da floresta com dinheiro público.

Para combater o consumo público predatório de madeira nativa, é necessário que governos municipais e estaduais criem procedimentos para a aquisição responsável de madeira, exigindo provas de sua legalidade e origem. Alguns governos municipais e estaduais já estão trabalhando nessa direção, provando que é possível consumir madeira sem promover a devastação de nossas florestas.

Atualmente 37 cidades, incluindo capitais como São Paulo, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza e Manaus já implementaram ações de consumo responsável da madeira, juntamente com o governo do Estado de São Paulo. Acreditamos que o poder público tem a obrigação de dar o exemplo em questões tão cruciais e, portanto, observamos a necessidade de discutir a questão no âmbito do Parlamento brasileiro.

Assim, solicitamos aos nobres colegas o apoio a esta iniciativa.

Sala da Comissão, em

outubro de 2007

LUIZ CARREIRA
Deputado DEM-BA